

## **A ASSOCIAÇÃO HIBAKUSHA BRASIL PELA PAZ: A POLÍTICA NUCLEAR BRASILEIRA VIS-À-VIS OS GRUPOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE CIVIL**

### *HIBAKUSHA BRAZIL ASSOCIATION FOR PEACE: THE NUCLEAR BRAZILIAN POLICY VIS-À-VIS THE ORGANIZED CIVIL SOCIETY GROUPS*

**DANIELA DE SOUSA SILVA<sup>1</sup>**  
Universidade de Anhembi Morumbi - SP  
E-mail:dany\_liebe@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho examina o desenvolvimento da Energia Nuclear no Brasil. Após a segunda Guerra Mundial e a inauguração do uso das bombas nucleares, este novo artefato militar despertou o interesse de diversos atores no Brasil delimitou como o tema seria conduzido frente à sociedade civil brasileira. Desta maneira, a pesquisa possui como objetivo central responder se houve ao longo do processo de construção histórico-normativa do setor nuclear no Brasil distanciamento da sociedade civil organizada. A hipótese deste trabalho é que este processo ocorreu de forma insulada das decisões desta sociedade civil organizada. De forma a exemplificar tal conduta, o estudo de caso será a Associação Hibakusha Brasil pela Paz, composta por sobreviventes do bombardeio nuclear de Hiroshima e Nagasaki que vivem hoje no país. As conclusões propõem que a Associação em conjunto com outros grupos possui um caráter sensibilizador grande frente a estudantes, acadêmicos e ativistas, entretanto, pouco influencia e delimita as políticas públicas sobre o tema.

**Palavras-chave:** Insulamento Burocrático. Energia Nuclear. Sociedade Civil.

**Abstract:** This paper aims to examine the development of Nuclear Energy in Brazil. After World War II and the inauguration of the use of nuclear bombs, this new military artifact aroused the interest of several actors in Brazil and delimited from there how the subject would be conducted in face of the Brazilian civil society. On this matter, this research has as its main objective to answer if there was throughout the history-normative construction of the nuclear area in Brazil, detachment of organized civil society. The hypotheses is that this process occurred insulated from the decisions of this civil society. In order to exemplify such conduct, the case of study will be the Hibakusha Association Brazil for Peace, formed by survivors of the nuclear bombing of Hiroshima and Nagasaki that live in the country today. The findings suggest that the association together with other groups has a very large sensitizer character in front of students, academics and activists, however, has little influence and limits in terms of public policies regarding the subject.

**Keywords:** Bureaucratic Insulation; Nuclear Energy; Civil Society.

---

<sup>1</sup>Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Anhembi Morumbi, e integrante do Núcleo Rosa Branca de Estudos sobre Conflitos Armados, Massacres e Genocídios na era Contemporânea (EPPEN-UNIFESP).

## Introdução

Considerando o desenvolvimento do setor nuclear brasileiro, a partir da década de 1930, este artigo objetiva compreender as consequências deste processo no território nacional e a efetiva participação da sociedade civil organizada neste debate. Para tanto, estuda-se o caso da Associação Hibakusha Brasil pela paz, organização de sobreviventes das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki criada no Brasil na década de 1980. Observa-se a definição do tema nuclear no país e como tal processo determinou a ótica de como o assunto deveria tramitar entre as esferas estatais e da sociedade civil organizada. Assim, a história de mais de sessenta anos da política nacional-desenvolvimentista demonstra que o tema da energia nuclear conformou-se de modo a insular as decisões referentes a tal tema em uma tecnocracia que se consolida no processo.

Diante deste cenário e visto que o Brasil postula a importância da energia nuclear para atingir as demandas de crescimento energético, a pesquisa intenciona refletir se houve, ao longo do processo de construção histórico-normativa do setor nuclear no Brasil, distanciamento da sociedade civil organizada nas decisões relativas ao tema. Por meio de fontes bibliográficas e entrevistas, espera-se demonstrar que, de fato ocorreu um distanciamento proposital. Tal fato teria ocorrido com objetivos de manter os interesses de uma elite. A legitimação para tal construção normativa veio do caráter nacional-desenvolvimentista do Estado Nacional iniciado por Getúlio Vargas (1930) e exacerbado pelos militares em 1964. Neste sentido, o setor acaba por ser marcado por um caráter técnico e científico que exclui da sociedade civil organizada as decisões.

Para responder se houve, ao longo do processo de construção do setor nuclear no Brasil, um afastamento em relação à sociedade civil, analisam-se discursos e posições dos atores envolvidos. Assim, são apresentadas entrevistas com os sobreviventes das bombas atômicas que se estabeleceram no Brasil com suas famílias e que decidiram buscar a extinção das bombas e da energia nuclear através da participação política e da discussão pública sobre o tema no país.

É também objetivo da pesquisa entender como grupos diaspóricos podem exercer papel relevante no Sistema Internacional como atores não estatais. Diferentes das ONGs no seu sentido estrito, tais grupos de pessoas ou coletividades livremente criadas pela iniciativa privada, sem ânimo de lucro, exercem influência na sociedade civil e procuram pressionar as mais diferentes e amplas esferas governamentais brasileiras e japonesas. Além disso, procura-se analisar como a criação desses tais grupos de interesse e/ou de pressão contribui para a manutenção e formatação da memória de um grupo.

Para tanto, o trabalho busca a definição de conceitos como sociedade civil organizada, burocracia pública, insulamento burocrático etc. Destacando-se o ‘nacional-desenvolvimento’ que, para Bresser, vigorou no Brasil entre 1930-60 e foi “um grande pacto político popular-nacional [que] aproximou o povo das elites burguesas e tecnoburocráticas, e as tornou ‘engajadas’ no desenvolvimento do país”(BRESSER-PEREIRA, 2004: p. 628). No entanto,

[...] a crise desse modelo, nos anos 1980, que poderia ter sido temporária, oferecendo a oportunidade para que algumas mudanças de rumo [...] levou as elites brasileiras, já afastadas do povo por 20 anos de regime autoritário, a se alienarem e a perderem o conceito de nação(BRESSER-PEREIRA, 2004: p. 628).

Para melhor entendimento de todos os fatores relacionados, na primeira parte deste texto são apresentadas as lentes teóricas e analíticas que servem de pano de fundo para a compreensão do problema da pesquisa. A segunda parte expõe, de forma breve, o desenvolvimento da energia nuclear no país, procurando destacar os períodos onde é possível perceber que se intenciona o distanciamento da sociedade civil organizada. Já a última seção descreve e compara diferenças e semelhanças do passado com o presente.

## **2. A Sociedade Civil Organizada e o Insulamento Burocrático**

O Brasil pode ser considerado uma nação ainda em construção política, visto que sua concepção como Estado-Nacional emancipado da Coroa portuguesa não ultrapassa mais de 150 anos de história. Como defende Luiz Bresser-Pereira, o Brasil está “[...] longe de ser uma sociedade nacional que busca atingir objetivos políticos de forma autônoma usando

seu Estado como instrumento de ação coletiva”(BRESSER-PEREIRA, 2008: p. 3). Levando-se em conta essa constatação, resta discutir o papel da sociedade civil organizada no Brasil sua relação com o Estado Nacional e sua política nuclear.

A ideia de uma sociedade civil organizada surgiu por volta do século XIX e esteve ligada aos países da Europa e aos Estados Unidos. No Brasil, de modo diverso, a grande propriedade rural, que centralizava a dominação econômica e política, dificultava a emergência daquele fenômeno.

[N]o Brasil do início do século XIX [...] a grande propriedade rural era o lugar de realização das atividades públicas. Esse processo anterior resultou em uma esfera privada desproporcionalmente grande e a possibilidade sempre aberta de estender as relações pessoais para o campo político. Nenhum processo de diferenciação social que conduzisse a uma ideia de separação entre grandes interesses privados e o Estado poderia ter surgido nesta situação (AVRITZER, 2012: p. 384).

Ao longo do século XX, o processo de ascensão de grupos que podiam ser identificados como diferenciados da figura do Estado foi intensificado, sendo essa uma das duas grandes diferenças do significado de sociedade civil em relação ao século anterior. A segunda diferença possível de ser identificada é o conceito de sociedade civil, que procura explicar os processos sociais que estavam acontecendo nos países do Leste Europeu e nas sociedades latino-americanas (AVRITZER, 2012).

De forma geral, quando esses processos sociais são analisados, em especial no contexto brasileiro, pode-se considerar que nos últimos trinta anos o país transitou de uma situação de baixa densidade associativa e de uma sociedade civil organizada praticamente inexistente para a consolidação de alguma organização em certas políticas públicas. Conforme citado por Leonardo Avritzer:

[...] há uma participação pontual de associações da sociedade civil em algumas políticas públicas. Saúde e assistência social que se destacam das demais políticas públicas [...]. No entanto, essa sociedade civil reproduz desigualdades e heterogeneidades próprias da sociedade brasileira (AVRITZER, 2012: p. 32).

Procurando sumarizar as diferentes concepções de sociedade civil organizada que foram surgindo ao longo do processo histórico diferenciado em todo o mundo, tem-se que ela poderia ser definida como:

[...] o terreno dos conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver, intervindo como mediador ou suprimindo-os; como a base da qual partem as solicitações às quais o sistema político está chamado a responder [...] (BOBBIO, 1998: p. 1210).

Outro conceito importante a ser postulado é o de ‘burocracia pública’ que, no passado, foi apenas considerado como um estamento e, hoje, é um setor da classe profissional ou tecnoburocrática. A mesma é comumente vista como a responsável pela administração do aparelho do Estado. Mas, ao mesmo passo em que se figura como um grupo de interesses como qualquer outro que pressiona o Estado, a burocracia pública constitui ou integra o aparelho do Estado. Nesse sentido, o Estado reflete ou expressa à sociedade – ou deveria – e suas leis e políticas são o resultado de um complexo sistema de forças sociais entre as quais a burocracia pública é apenas uma delas. O que pode acontecer é o ganho desproporcional de poder pela burocracia pública em relação às demais classes, que perdem poder relativo para a burocracia pública na determinação das políticas e na definição de seu sistema legal (BRESSER- PEREIRA, 2008).

Nesse contexto, figura a ideia do “insulamento burocrático” que expressa o monopólio, por alguns segmentos sociais, do conhecimento técnico, comunicativo ou organizacional sobre algum tema. Assim, afastam-se das decisões outros grupos da sociedade civil organizada. No Brasil, postula-se que o insulamento burocrático foi essencial na formação do Estado e que este insulamento teve íntima relação ideológica com o nacional-desenvolvimentismo. Este acabou por apontar o caminho de busca pela soberania nacional, tendo impactos diretos na definição do tema nuclear em território nacional.

Entretanto, antes de entender o nacional-desenvolvimentismo e a formação daquilo que é concebido como “Estado Brasileiro”, é de suma importância refletir sobre o surgimento do Estado Moderno que, na Europa, surge como obra da burguesia. No Brasil, ao contrário, foi o Estado que veio promover a ascensão da classe burguesa, trazendo consigo a vinda de uma chamada “racionalidade” capitalista como forma de modernizar os meios de produção em um país essencialmente agrário. Mas, para tal sistema vigorar, seria necessária mão de obra livre que pudesse servir as exigências desse novo modal produtivo e romper com os vínculos empregatícios, vale dizer, informais e coronelistas, que até então vigoravam na sociedade brasileira (VIANA, 2011).

Ainda para entender de forma coerente a ideia do nacional-desenvolvimentismo é necessário antes postular as duas linhas ideológicas que então polarizam a intelectualidade brasileira acerca do tema: a corrente liberal e a corrente desenvolvimentista. A última teve em Celso Furtado e Ignácio Rangel - economistas brasileiros - os seus maiores expoentes, que enfatizavam o caráter monopolista da estrutura industrial brasileira, que absorvia pouca mão-de-obra, o que contrastava com a disponibilidade de recursos locais, impossibilitando uma dinâmica autossustentada do crescimento. Representantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por sua vez, indicavam a estrutura agrária semifeudal como maior barreira ao desenvolvimento (LIMA, 2000).

Na década de 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder e coloca em prática o projeto nacional de desenvolvimento por vias da industrialização, passa também a lançar as bases necessárias para que as oligarquias perdessem o poder sobre seus empregados, pois a vinda das indústrias e as novas leis trabalhistas representariam uma alternativa de trabalho independente das elites fundiárias. Portanto, com a vinda da chamada racionalidade capitalista, uma vasta gama de mudanças ocorre e acabam impondo um padrão universal para as relações sociais (VIANA, 2011).

Do mesmo modo, o insulamento burocrático tende a separar através de critérios racionais o papel das organizações políticas no contexto social. O Estado passa a desempenhar na formação da sociedade brasileira funções distintas. No entanto, sua atuação complexa exigia da classe dirigente concessões a grupos organizados que se estendiam da sociedade civil organizada à classe militar e governista, dando a esses a responsabilidade das distorções político-burocráticas que passaram a enfraquecer o poder de decisão dos dirigentes do país. Teria início, nesse momento, o Estado de compromisso aglutinando interesses aparentemente inconciliáveis (VIANA, 2011).

Com o golpe de 1964, o poder burocrático-militar se autodenominava nacional-desenvolvimentista e acabava por assegurar às elites industriais seu fortalecimento em detrimento da liberdade e direitos políticos da classe trabalhadora, tanto dos campos como da cidade. Interrompia-se dessa forma a lenta, mas progressiva, tentativa de evolução das instituições políticas que se realizavam no embate de forças entre Estado e sociedade civil.

Em suma, com a implementação do regime militar, que deu continuidade ao processo de industrialização privilegiando grupos urbanos e negligenciado as reformas sociais, o país amargou retrocesso histórico sem precedentes (VIANA, 2011).

Com o início da redemocratização do Estado Brasileiro, além do advento de uma agenda liberal, o Projeto Nacional de Desenvolvimento tem seu fim e, em seu lugar, passam a vigorar os interesses de grupos dominantes desprovidos de compromisso desenvolvimentista por meio de vias estatais. A política pública nuclear acabou, dentro neste contexto, inserida na agenda de interesses agora globalizados. Com isso, representava uma solução pertinente e até mesmo ideológica para os inúmeros problemas de abastecimento de energia do país. No entanto, hoje ela representa menos de 3% da oferta interna de energia elétrica, e apresenta inúmeros e emergentes problemas de ordem financeira, social e ambiental, que necessitam ser revistos.

### **3. A questão nuclear no Brasil**

A energia nuclear tornou-se alvo de diversos questionamentos quanto ao seu uso e sua necessidade em um variado número de setores na sociedade. Isto se observa nos grandes centros de pesquisa, na área da saúde, nas usinas nucleares ou, no mais controverso, setor da construção de armamentos nucleares. No Brasil, esses desafios se repetem e é de suma importância compreender que a energia nuclear em território nacional seguiu caminhos muito bem delimitados e que seu início fora marcado por uma tentativa de consolidar profissionais, técnicos e uma estrutura ampla e robusta do setor que atendesse as demandas energéticas das principais cidades que necessitavam de energia, mas que ficavam reféns da distância dos centros distribuidores. Por fim, ela acabou por desenvolver-se em três fases distintas – separadas para fins acadêmicos – chamadas de: fase nacionalista (1949-54), diplomática (1955-74) e de desenvolvimento dependente (1975 até hoje). O maior foco do trabalho reside em discutir a fase nacionalista e diplomática (COM CIÊNCIA, 2000).

O principal nome da primeira fase foi o Almirante Álvaro Alberto da Mota e Silva, que teve ampla participação como representante brasileiro na Comissão de Energia Atômica do Conselho de Segurança da recém-criada Organização das Nações Unidas. Esse momento foi intitulado “nacionalista”, pois houve grande mobilização de setores nacionalistas do país, como algumas alas militares e cientistas, na tentativa de proteger os minérios físseis nacionais, em contraposição ao chamado “Plano Baruch” norte-americano (CERVO E BUENO, 2002).

Ao lado de Álvaro Alberto e visto que os interesses monopolistas norte-americanos iriam de encontro com os interesses nacionalistas representados por ele e por outros setores, ficou claro que ele não era o único a questionar a condução da política com relação aos minérios atômicos brasileiros, mas a mesma conduta vinha como exemplo no Projeto de Lei (PL) No. 418, de julho de 1947<sup>2</sup>, feita pelo deputado federal José Crispim do Partido Comunista Brasileiro que propunha a suspensão da exportação de areias monazíticas e ilmeníticas.

O projeto foi arquivado, mas tal preocupação foi compartilhada pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o então presidente Eurico Gaspar Dutra aderiu às considerações. Em 1947, aprova-se a criação da Comissão de Estudo e Fiscalização de Materiais Estratégicos (CEFME), órgão que definiu a política brasileira de exportação de minérios radioativos, até a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) que funda o programa nuclear brasileiro (PEREIRA, 2013). Entretanto, a Lei nº. 1.310/51<sup>3</sup> que cria o CNPq subordina o órgão diretamente ao Presidente da República e, contendo elementos do nacionalismo brasileiro, atrelava concomitantemente a energia nuclear aos interesses dos militares e cientistas.

---

<sup>2</sup> BRASIL, (PL) No. 418, de julho de 1947: Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/Fichadetramitacao?idProposicao=176590>> Acesso em: 10 de abril de 2016.

<sup>3</sup> BRASIL, Lei 1310/51: Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1034107/lei-1310-51>> Acesso em: 10 de abril de 2016.



Apesar de algumas disparidades frente aos Estados Unidos no plano militar e político, as opiniões convergiam. A questão nuclear entraria na pauta das relações bilaterais no ano de 1940, quando os dois países assinaram um acordo de cooperação que autorizou os norte-americanos a realizar estudos para localizar reservas de minerais radioativos em território brasileiro. Cinco anos mais tarde, ocorreu a assinatura do primeiro acordo secreto bilateral para a exportação de minérios radioativos para os EUA (PEREIRA, 2013). Certamente, essa movimentação criou dentro do Brasil dois grandes e previsíveis cenários: a insatisfação e o afastamento da questão nuclear da discussão dos diversos espectros do Congresso e da sociedade civil organizada.

Com a volta de Vargas ao poder na década de 1950, exacerbou-se o processo de polarização de tendências na opinião nacional, nas Forças Armadas e no discurso. Nacionalismo e anti-imperialismo tornaram-se categorias cada vez mais presentes, sendo que a junta anti-imperialista constituía, nesse momento, tanto a esquerda como a extrema-direita, chamados de nacionalistas. Como destaque, também se presenciou a ocorrência da IV Consulta dos Chanceleres Americanos (1951) que culminou na criação da Comissão Mista Brasil- Estados Unidos para o desenvolvimento econômico. O Brasil acreditou que essa Consulta seria um momento oportuno para sustentar sua posição sobre a mobilização econômica latino-americana. A política nuclear brasileira vinha em conjunto dessas reivindicações e de um conseqüente acordo (CERVO E BUENO, 2002).

Getúlio procurou corresponder às expectativas de diferentes atores. Para viabilizar a assinatura de um acordo de exportação de monazita com os EUA aprovou a criação da Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, cuja presidência fora dada ao Ministério das Relações Exteriores. Retirava-se, assim, a capacidade do CNPq de negociar os acordos nucleares com outros países. Em 1952, Dean Acheson visita o país e aprova 44 projetos de “parcerias” para o desenvolvimento brasileiro. Porém, em contrapartida, o Brasil deveria fornecer minerais estratégicos como a monazita (CERVO E BUENO, 2002). Houve, novamente, grandes movimentações nos setores mais nacionalistas da sociedade, incluindo os militares, que rejeitavam tal acordo.

Visto a tentativa de atender as demandas e clamores de diferentes grupos, há aqui também uma inflexão junto aos EUA, uma vez que os norte-americanos ajudaram a implementar estes projetos. Porém, o financiamento acaba não sendo destinado à iniciativa privada, mas ao nascimento de estatais voltadas para o modelo nacional-desenvolvimentista, como a Petrobrás. Aproveitando-se desse desgaste, o Almirante apresenta uma exposição de motivos para Vargas, o que se tornou a política do governo frente ao tema nuclear. Ao se referir à questão atômica como um assunto relativo à “segurança nacional” e ao “futuro desenvolvimento econômico do país”, Álvaro Alberto revela a sua estratégia para incluir o assunto na pauta do governo Vargas, valendo-se da mobilização de tais símbolos patrióticos para que seu plano de controle de recursos minerais atômicos pudesse tornar letra viva o que estabelecia a Lei Nº 1.310/51. Em 1953, a Comissão Mista é extinta por vontade dos EUA e o Almirante ganha maior independência para agir frente ao setor.

Com o fim do governo de Vargas, as pretensões de Álvaro Alberto, do CNPq e do CSN na área nuclear sofreram um duro golpe. A Exposição de Motivos Nº 1.017, documento assinado por Bettamio Guimarães, então à frente do Conselho de Segurança Nacional, sintetizou uma série de propostas de mudanças na política nuclear vigente. Estas foram transformadas na política nuclear efetivada durante o governo Café Filho, retirando do CNPq o poder de negociar acordos com outros países na área nuclear, destinando tal atribuição ao Ministério das Relações Exteriores.

Com Juscelino Kubistchek, o clima de instabilidade política já é profundo na sociedade, tendo no meio de seu governo a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da questão nuclear (1956). O parlamentar paulista Dagoberto Salles do Partido Social Democrático (PSD) se dedicou nos meses posteriores a estudar o assunto, terminando por apresentar à Câmara em janeiro de 1956, o Projeto de Lei Nº. 944, que consistia em um substitutivo à Lei Nº. 1.310/51. Com isso, Juscelino cancela todos os contratos relacionados à exportação de minerais atômicos (CERVO E BUENO, 2002).

Dadas as reviravoltas no setor, o então deputado Ricardo Archer defendeu a plena retomada da política nuclear de Álvaro Alberto, com especial ênfase na consolidação das

“compensações específicas”, como uma exigência incontornável nos futuros acordos de exportação de minérios físseis. Apesar dessas reviravoltas, são estabelecidas diretrizes para uma nova política nacional de energia nuclear e, nos anos seguintes, são firmados acordos com outros países que não os EUA (COM CIÊNCIA, 2000).

Em 30 de Agosto de 1956, é instaurada nova política atômica e uma reunião extraordinária do Conselho de Segurança Nacional foi realizada no Palácio do Catete naquele mesmo dia com a presença de Juscelino Kubitschek, com os ministros das Forças Armadas, além de outros ministros de Estado, aprovando a nova legislação para o setor, sendo talvez o mais importante, a criação de um novo órgão para gerir o setor nuclear brasileiro: a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Kubitschek defendeu o uso das usinas nucleares na expansão do parque de geração elétrica diante de crescentes e intensos debates a respeito do petróleo e da eletricidade. Em sua primeira mensagem ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1956, JK pronunciou:

Aproxima-se a era das usinas atômicas, para cuja utilização o país deve se preparar desde já, incluindo no programa de expansão da indústria da eletricidade algumas usinas atômicas, embora de pequeno porte, a fim de que nossos engenheiros possam se familiarizar com essa nova técnica e estejam preparados para os grandes projetos que fatalmente surgirão no futuro não muito remoto (BRASIL, 2002: p. 37).

Em 1963, o Instituto de Energia Nuclear, criado em convênio da CNEN com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passa a construir um reator com componentes nacionais, à exceção do combustível. Chamado de Argonauta, o reator entra em operação em 1965. Nesse momento, a CNEN é o órgão que gere a exportação de minérios para uso nuclear. Essas agências governamentais que foram criadas formaram uma burocracia técnica para o setor nuclear, com importantes consequências no desenvolvimento e manutenção do mesmo. Essa tecnocracia ganhará ainda mais importância após o golpe militar de 1964 e a consequente centralização do Estado. No sistema internacional, com mais países explodindo suas próprias bombas atômicas, a

exemplo da França (1960) e da China (1964), foi proposto o Tratado de Não proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 1968 (COM CIÊNCIA, 2000).

Tendo a agenda política brasileira tomado contornos bastante confusos no final do governo JK, com ascensão de Jânio Quadros, João Goulart e o conseqüente golpe em 1964, o discurso oficial ganha robustez, sobretudo pelo argumento de “segurança nacional” e de autonomia em relação a setores estratégicos. Foi somente após 1964 que um vínculo mais estreito entre nacionalismo e Ciência e Tecnologia repercutiu de forma mais ampla sobre o Estado (BRASIL, 1983). A ambição do governo era adquirir todas as fases do ciclo nuclear. Em 1974 a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN) foi fortalecida, transformada em Empresas Nucleares Brasileiras S/A (Nuclebrás) e o Brasil privilegiou as negociações com a França e com a Alemanha Ocidental.

Haja vista o contexto internacional vigente, é preciso postular que o mundo vivia em um momento extremamente crítico com a crise do petróleo em 1973, a expansão do mercado internacional de reatores nucleares e a repentina decisão dos EUA de suspender, em 1974, o fornecimento do urânio enriquecido para novas usinas o que fora (essencial para o governo brasileiro redefinir sua política nuclear). O então presidente Geisel em visita a Bonn, em março de 1978, discutiu o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha que incluísse a construção de centrais nucleares, responsáveis pelo desenvolvimento das diversas etapas do ciclo de produção de energia nuclear (BRESSER-PEREIRA, 2016).

O acordo sofreu duras críticas, como da Sociedade Brasileira de Física em 1978, que acreditava que ele não garantiria o domínio das tecnologias sensíveis almeçadas e independência tecnológica, além do procedimento ser considerado como autoritário e obscuro por parte do governo brasileiro (PEREIRA, 20113) e na Câmara dos Deputados foi aberta uma CPI para investigar supostas irregularidades. Em face dos resultados não satisfatórios, os militares começaram a desenvolver a partir de 1979 um Programa Nuclear Paralelo e secreto visando o desenvolvimento de uma tecnologia nacional para o enriquecimento do urânio, totalmente desconectada da opinião da sociedade civil organizada.

Na década de 1970, não é possível deixar de citar a construção das usinas nucleares de Angra, no então complexo chamado Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto. A construção de Angra I foi iniciada em março de 1972 com a concretagem da laje do prédio do reator e começou a operar em 1985. Já as obras civis de Angra II foram contratadas junto à Construtora Norberto Odebrecht e iniciadas em 1976 com o estaqueamento e passou a operar comercialmente apenas em 2001. Angra III teve suas obras paralisadas em 1985, e reiniciadas somente em 2010(PEREIRA, 2013).

Na década de 1980, com a redemocratização, o então presidente José Sarney anunciou o domínio do enriquecimento do urânio alcançado pelos pesquisadores envolvidos no Programa Nuclear Paralelo. No ano seguinte, a Nuclebrás foi extinta, o controle de Angra I e do canteiro de obras de Angra II foi transferido para a Eletrobrás e o Programa incorporado às pesquisas oficiais. Em 1989, foi a primeira vez que a questão nuclear entrou como tema de debate em uma campanha eleitoral, parecia a possibilidade de a sociedade civil participar deste debate. Em 1995, o setor elétrico passou por um grande processo de reestruturação com a privatização das empresas distribuidoras e da maior parte das geradoras (PEREIRA, 2013).

Em 1997, foi criada a Eletrobrás Eletronuclear, com a finalidade de operar e construir as usinas termonucleares em território nacional. Fernando Henrique Cardoso assinou o Tratado de Não Proliferação Nuclear que obriga o Brasil, dentre outras condicionantes, a aceitar inspeções internacionais em suas instalações nucleares e não desenvolver tecnologia nuclear com fins bélicos. Tal fato gerou discussão sobre um possível enfraquecimento do caráter nacionalista da tecnologia (PEREIRA, 2013).

Durante a administração Lula (2003-2010), o Brasil manteve a ênfase no multilateralismo e na importância de normas e regras internacionais em resposta aos desafios de um mundo mais interdependente. Ao mesmo tempo defendeu enfaticamente o conceito de soberania nacional, que poderia ser alcançada por meio de uma ação diplomática mais dinâmica. Além disso, neste mesmo período, o Brasil intensificou a sua cooperação com os demais membros da Coalizão da chamada “Nova Agenda” (JESUS, 2012).

No governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016), no que diz respeito à cooperação na área nuclear, foi formalizada parceria com a Argentina durante a primeira visita presidencial em 2011. Acordou-se a construção de dois reatores de 30 megawatts de potência para pesquisa, destinados à produção de radioisótopos, ao teste de irradiação de materiais e combustíveis e às pesquisas com feixes de nêutrons. O acordo estabeleceu que os dois estados desenvolveriam o projeto de um reator, o que seria feito por profissionais da CNEN e da Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) da Argentina. (JESUS, 2012)

Ainda no ano de 2011, frente a este contexto, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou proposta de realização de um plebiscito sobre a continuidade ou não do uso de fontes de energia nuclear. O texto aprovado na forma do parecer ao Projeto de Decreto Legislativo 225/11<sup>4</sup> está aguardando parecer do CFT. Espera-se que com esse passo, a sociedade civil organizada ganhe maior participação no setor, já que o “insulamento burocrático” tende a separar por meio de “critérios técnicos” o papel das organizações políticas no contexto social, concedendo a grupos organizados responsabilidade das decisões no setor nuclear.

#### **4. A Associação Hibakusha Brasil pela Paz**

Nascida no período de redemocratização do Estado brasileiro na década de 1980 - mais especificamente em julho de 1984 - a então chamada “Associação dos Sobreviventes da Bomba Atômica no Brasil” tinha objetivos bastante delimitados: lutar em favor do reconhecimento das vítimas japonesas das bombas atômicas que estavam fora de seu país de origem, por parte do governo do Japão. O principal motivo da criação da Associação foi buscar auxílio semelhante ao que o governo japonês dava às vítimas que ainda residiam no país, mas não aos expatriados (BERTOLA, 2014). Até o momento, nenhuma entidade existente na coletividade japonesa no Brasil havia tomado a iniciativa de ajudar os sobreviventes residentes no país.

---

<sup>4</sup>BRASIL Projeto de Decreto Legislativo 225/11. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=504175>. Acesso em: 26 out.2015

Para compreender a história da Associação dos Sobreviventes e de como posteriormente ela se tornou a Associação Hibakusha Brasil pela Paz, é de suma importância abordar um importante personagem desta história: Takashi Morita. O Presidente da Associação (na data desta publicação), nascido em Hiroshima, presenciou a segunda Guerra Mundial e todos os seus efeitos na sociedade da época. Movido pela tentativa de sobrevivência mais digna, aos 20 anos o jovem Takashi foi para Hamamatsu, na província de Shizuoka, e se tornou guarda de navio. Lá percebeu que a situação dos militares também era difícil e a alimentação era escassa. A partir daí ele procurou alistar-se ao Kempeitai, batalhão de elite da Polícia Militar japonesa e acabou sendo aceito, apesar da baixa estatura e de já estar com 21 anos. Para os oficiais de elite do Imperador, a situação era diferente: havia comida em abundância e não lhes faltava nada (BERTOLA, 2014).

Entretanto, a guerra seguia um rumo cada vez mais difícil. Quando se formou em julho de 1945, ele decidiu servir na cidade de Hiroshima, onde poderia estar mais próximo de sua família. Foi então no dia 6 de agosto de 1945, que Takashi marchava pela rua à frente de um batalhão de doze homens, que ele viu um clarão e sentiu um impacto em suas costas que o arremessou a uma distância de cerca de dez metros. Quando acordou, todos os homens que ele liderava estavam mortos (BERTOLA, 2014). Esse dia mudaria a vida de Takashi para sempre, já que sua saúde nunca mais seria a mesma e ele jamais esqueceria o retrato de horror daquele dia. Mas, o acontecimento também o motivaria a lutar por um mundo de paz, livre de armas nucleares e dos perigos da radiação, além de requerer por maior participação para discutir o tema em esferas públicas.

Passado dez anos após a Guerra, Takashi Morita e sua família – mulher e dois filhos – estavam vivendo em Hiroshima com o fruto do trabalho em uma relojoaria que prosperava, até que um dia um cliente comentou sobre o Brasil, lugar onde já havia vivido e planejava voltar, e incentivou Takashi a fazer o mesmo. Segundo o cliente, o clima e a vegetação ajudariam o ex-soldado a se livrar dos efeitos da radiação em seu corpo, já que desde 1950 ele vinha sofrendo com sua saúde debilitada pela baixa quantidade de glóbulos brancos em seu sangue desenvolvendo um tipo de leucemia. Foi a partir daí que Takashi decidiu pegar sua família, fechar sua relojoaria e partir para o Brasil. A família Morita chegou ao país em

2 de fevereiro de 1956 a bordo do navio “Brasil Maru”, onde se estabeleceu (BERTOLA, 2014).

Já na década de 1980, dois importantes jornais circulavam na coletividade japonesa no Brasil: o *São Paulo Shimbun* e o *NippakShimbun*. Nesse último, foi publicada uma matéria sobre a ajuda do governo japonês aos Hibakushas, termo em japonês utilizado para designar as vítimas sobreviventes de bombas atômicas. Surpreso, Takashi foi com sua esposa Ayako no consulado japonês obter mais informações, mas os funcionários não acreditaram que o casal era sobrevivente das bombas, uma vez que não possuíam documentos comprobatórios. A representação diplomática japonesa não teve envolvimento algum nos direitos dos sobreviventes (BERTOLA, 2014).

Os *kenjinkais* - associações formadas por pessoas oriundas de uma mesma província - de Hiroshima e Nagasaki então foram contatados pelo governo japonês para fazerem parte de um levantamento sobre o número de sobreviventes da bomba atômica que viviam no país. Entretanto, o caso era bastante complexo e requeria repasse de dinheiro e por essa razão a solicitação não foi levada a diante. Foi então que, em julho de 1984, nasceu a Associação dos Sobreviventes da Bomba Atômica no Brasil. Na época, eram 27 membros, contando com Takashi Morita como presidente e Ayako, sua esposa, como secretária-geral. Após anos de trabalho, eles conseguiram, finalmente, que o governo japonês reconhecesse os seus direitos e receberam os benefícios médicos que Hibakushas residentes no Japão usufruíam (BERTOLA, 2014).

Após estas conquistas, a Associação decidiu não interromper o seu trabalho e começou a desenvolver projetos em prol das vítimas de radiação e a promover palestras de conscientização para o perigo das armas nucleares e das usinas. Com essas novas atribuições, a Associação dos Sobreviventes da Bomba Atômica no Brasil passou a se chamar Associação Hibakusha Brasil pela Paz, e além de Takashi Morita como presidente, Kunihiko Bonkohara como vice-presidente, Junko Watanabe e Yasuko Saito como diretoras, também conta com André Lopes Loula, desde 2008, como diretor cultural. O professor de história André Lopes é historiador e ativista ambiental e começou a promover palestras em escolas como parte da preservação da memória dos sobreviventes, e em 2011,



conseguiu aprovar projeto para rebatizar o nome do colégio Escola Técnica de Santo Amaro (ETEC) para ETEC Takashi Morita.

Em 2008, Junko Watanabe e Takashi Morita fizeram parte do grupo de hibakushas do *Peace BoatHibakusha Project*, viajando durante aproximadamente quatro meses a bordo de um barco ao redor do mundo. O chamado *Peace Boat* é uma ONG japonesa que promove a paz, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e o respeito ao meio ambiente, e leva consigo grupos de ativistas. Nesse ano de 2008, o *Peace Boat 63* comandou o projeto: “Viagem global para um mundo livre de armas nucleares”. Junto com diferentes ativistas, viajaram sobreviventes das bombas atômicas – incluindo os três Hibakushas da Associação - que foram a diversos países do mundo para compartilhar suas histórias e se solidarizar com as vítimas de armas biológicas, como o Napalm no Vietnam (BERTOLA, 2014).

Com as diferentes atividades que o grupo passou a desenvolver, outras Associações começaram a agregar as suas lutas às da Associação Hibakusha Brasil pela Paz, como no caso da Coalizão por um Brasil Livre de Usinas Nucleares, grupo reunido devido ao acidente nuclear de Fukushima no Japão, e que foram unidos pelo Prof. Alfredo Bosi (Membro da Academia Brasileira de Letras e Professor Emérito da USP). A Campanha nasce especialmente com o objetivo de esclarecer a população sobre os perigos das usinas nucleares no país. Desta forma inicia-se a Campanha Nacional por um “Brasil Livre de Usinas Nucleares” (XÔ NUCLEAR, 2011). Um dos participantes da Coalizão, Francisco Whitaker, conta em entrevista, um pouco da atuação da sociedade civil organizada sobre o tema no país, e seu desenvolvimento ao longo do tempo em diversos períodos da história, como na constituinte de 1988 e em emendas para movimentos mais recentes, como o projeto do “Ficha Limpa”, além de pontuar a importância do tema globalmente.

Quando questionado sobre a atuação da sociedade civil no Brasil, ou mais, da Associação Hibakusha Brasil pela paz, Whitaker brinca:

A sociedade civil? Coitadinha! Eu costumo dizer... Vocês conhecem um filme: “Exército de Brancalone”? - fazendo referência ao filme italiano, “O Incrível Exército de Brancalone” de 1966 o qual conta a história de um exército de maltrapilhos, que enfrentam todo o tipo de infortúnio - Eu costumo dizer que nosso grupo Antinuclear inclusive a Associação Hibakusha, é um exército de

Brancaleone. Nós somos....Quantas pessoas somos no Brasil brigando pelo tema? (WHITAKER, 2016).<sup>5</sup>

Francisco ainda comenta qual o papel da Associação frente ao tema nuclear e o poder de projeção de seus testemunhos na sensibilização de órgãos governamentais para iniciativas que, não só tenham respeito às memórias dos sobreviventes, mas que, de fato sejam capazes de mudar políticas públicas frente ao tema nuclear, e contar com maior participação de associações da sociedade civil que não concordam com o uso da energia no país para definir agendas acerca do tema, sendo:

Eles comovem com essas coisas que eles fazem nas escolas - em referência às palestras que os sobreviventes dão em escolas de ensino médio por toda São Paulo, além de Universidades - eu acho espetacular, que vai “acordando” a “meninada” que precisa ver que existe, o que aconteceu, a bomba e o que por trás aconteceu. Eu acho que isso soma, entendeu? Mas, o papel disso para mudar a política? Eu diria que é muito, muito pouco(WHITAKER,2016).<sup>6</sup>

Apesar de crer que o papel da Associação Hibakusha seja ínfimo em termos de mobilização para mudança da política, que através da história insulou as decisões do tema em grupos específicos, com interesses no desenvolvimento do setor para angariar margens de poder político, Whitaker volta na história e cita a importância de outros movimentos para a delimitação do tema nuclear, como no caso do projeto de construção de Usinas em Jureia e a atuação da sociedade para impedir que isso ocorresse.

Em 1980, no começo de 1980 houve uma proposta dos militares em ter uma usina aqui em Jureia. [...] em Jureia houve uma reação da sociedade civil, e inclusive, e um dos que participaram deste movimento é um professor da USP conhecido, Alfredo Bosi. E ele com a mulher dele, que também é professora foram ativistas contra a Usina de Jureia e conseguiram ganhar, conseguiram fazer os militares desistirem de lá. Por causa deles somente? Duvido. Mas, eles protestaram, e uma das coisas que eles desenvolveram naquela época... A Ecléa – esposa de Alfredo - os dois são professores de literatura, e a Ecléa conhecia o Carlos Drummond de Andrade e então pediu para o Carlos Drummond escrever um artigo, e ele escreveu um artigo chamado “Se eu fosse Deputado” (WHITAKER, 2016).<sup>7</sup>

O Documento “Se eu fosse Deputado”, escrito por Carlos Drummond de Andrade e publicado em 1980 no Jornal do Brasil com apoio do Movimento em Defesa da Vida assinala a inquietude de alguns setores da sociedade – como reportado por Carlos

---

<sup>5</sup> Trecho retirado da entrevista concedida à autora em São Paulo no ano de 2016.

<sup>6</sup> Trecho retirado da entrevista concedida à autora em São Paulo no ano de 2016.

<sup>7</sup> Trecho retirado da entrevista concedida à autora em São Paulo no ano de 2016.

Drummond, sendo: “[...] formado por pessoas de todas as classes, homens e mulheres, sob orientação de geneticistas reputados e físicos nucleares não menos categorizados da USP” (ANDRADE, 2007: p. 259). Carlos Drummond escreve uma espécie de convite aos deputados no qual sugere que reflitam sobre os efeitos das radiações nucleares sobre a comunidade, ou seja, sobre a mesma sociedade que os elegeu, para defender os interesses sociais dos brasileiros. Relevante citar que foi próximo a este mesmo período que a Associação dos Sobreviventes da Bomba Atômica nasce em julho 1984.

Voltando ao presente, e como citado, após obterem o reconhecimento de sua condição de sobrevivente e ajuda financeira, além de ter mudado a sua forma de ação, a Associação mudou de nome no ano de 2008. Tinham objetivos diferentes: fortalecer mais os trabalhos de transmitir as suas experiências as gerações que não conhecem as guerras, além de aumentar o diálogo na sociedade sobre o assunto da energia nuclear e ajudar na conscientização dos jovens da importância de se trabalhar pela paz. Visto que este conhecimento seja alcançado, e que se saiba dos perigos da utilização das armas nucleares e das usinas nucleares, que também trazem muitas preocupações em relação às radioatividades e os acidentes que podem ocorrer, os Hibakushas não querem que as novas gerações sofram o que eles tiveram de enfrentar, principalmente em relação às consequências ainda desconhecidas das radiações atômicas que podem afetar a humanidade por muito tempo.

Apesar desta luta ser indiscutivelmente nobre, observa-se que, mesmo se associada ao papel de outras Associações, é muito pequena e pouco consegue articular na vida pública, além de títulos e reconhecimentos – como exemplo, em 2015 o senhor Takashi Morita recebeu prêmio de cidadão paulistano, pela Prefeitura de São Paulo – não consegue projetar-se na vida pública e nas decisões do Congresso e do Executivo para fazer projetos de lei, ou plebiscitos amplos, além de discussões em rede nacional que abordem o tema de forma clara e que contem com a opinião da população como um todo sobre o tema. Este afastamento, como observado ao longo da história, foi propositalmente instaurado, criando ao final do ciclo, que é hoje observado uma tecnocracia muito bem estabelecida no setor e que criou no imaginário nacional a noção de que o tema não deve ser discutido em outras esferas além daquela que possui capacidades técnicas e científicas.

De forma a contribuir com estas conclusões, o professor e historiador André Lopes Loula, atual Presidente Cultural da Organização diz que:

O papel da Associação Hibakusha Brasil pela paz é de extrema importância dentro da sociedade civil, primeiramente porque ela tem como fundadores os próprios sobreviventes da bomba atômica, onde isso lhes dá um respaldo – não jurídico – mas, o moral. [...] são pessoas que vivenciaram- que viveram - este trauma e estão até hoje entre nós, que podem relatar para o resto da sociedade a importância de lutar pela extinção das armas nucleares, pela questão da radiação, e assim por diante (LOULA, 2016).<sup>8</sup>

É preciso postular ainda que, sem dúvida, o maior braço de atuação da Hibakusha é na questão de combates às armas nucleares, o que não se aplica ao contexto brasileiro, visto que o país não possui armamento nuclear, entretanto, abre espaço para a atuação e projeção internacional da Associação, como ainda é citado pelo historiador:

O papel fundamental no combate às armas nucleares é de importante relevância, como exemplo, nós vimos à visita do atual presidente norte-americano Barack Obama em Hiroshima no dia 27 de maio de 2016, onde sabíamos que ele não ia considerar pedir desculpas [...] mas, só dele ter “marcado território” representando a maior potência do mundo, na qualidade de quem jogou as bombas atômicas, isso demonstra um avanço fundamental na participação da sociedade civil organizada sobre o tema(LOULA, 2016).<sup>9</sup>

Para o contexto brasileiro, é inegável que atuação da Hibakusha Brasil pela Paz não se restringe apenas ao contexto moralizante, mas tem papel importante na divulgação da tragédia de 1945 e na conscientização sobre o uso indevidos da energia nuclear. Fato que também é reiterado por André Loula: “[...] o trabalho que é feito pela Associação, conscientizando alunos, jovens, pessoas que queiram ouvir e entender o que foi às bombas atômicas, e os perigos que isso pode acarretar – é essencial” (LOULA, 2016).<sup>10</sup>

Para finalizar, o historiador esclarece como a tarefa de ultrapassar da fase de sensibilização até, de fato, a construção de uma agenda pública entre a sociedade civil organizada e o Estado é árdua.

Convencer o Estado é uma tarefa muito difícil, na sua concepção de poder. Nós temos países – como Paquistão, Índia – que não são “tão” desenvolvidos economicamente, mas, que têm este poder de bomba atômica. Então, eles acabam usando isso como autodefesa, e de manutenção do *status quon*as

---

<sup>8</sup>Trecho retirado da entrevista concedida à autora no ano de 2016.

<sup>9</sup> Trecho retirado da entrevista concedida à autora em 2016.

<sup>10</sup> Trecho retirado da entrevista concedida à autora em 2016.

questões das Relações Internacionais [...] tudo é feito primeiramente pensando no Estado, na sua sobrevivência (LOULA, 2016).<sup>11</sup>

## 5. Considerações Finais

No início do desenvolvimento do setor nuclear no Brasil, em meados da década de 1930, a sociedade civil organizada em torno do tema da energia nuclear acreditava ter participação na definição do setor. Ela endossava o alicerce que movia o desenvolvimento no país, a ideia do nacional desenvolvimentismo, ou seja, um processo de desenvolvimento pelo qual a economia fomenta políticas de desenvolvimento que pudessem garantir-lhe meios de integração à nova ordem econômica mundial que começava a se desenhar. Tendo como finalidade a promoção do desenvolvimento, o Estado desempenharia um papel de importância vital, surgindo como instância racional dos esforços industrializantes e os intelectuais teriam como missão subsidiar tais esforços, criando uma ideologia que promovesse e incentivasse o desenvolvimento, o que em última análise representaria os “interesses nacionais”.

Entretanto, visto o próprio desenvolvimento da cultura política no país que trouxe à luz diferentes opiniões e debates sobre o tema na esfera política, social e econômica, as quais questionavam a postura de grupos de uma burocracia que até então dominava o setor, percebeu-se que os interesses estratégicos dessas figuras que carregavam a bandeira dos “interesses nacionais” não seriam atingidos com ampla participação da sociedade. É a partir daí que o Estado, na figura de setores das Forças Armadas e também do Itamaraty, além de grupos da elite burguesa à época, chamou definitivamente a responsabilidade de levar a cabo o tema.

O distanciamento tornou-se ainda mais claro após o golpe de 1964, que instaurou uma ditadura militar no país que duraria 21 anos. Esse processo foi ainda mais danoso quanto à participação da sociedade civil organizada, visto que diversas decisões foram tomadas,

---

<sup>11</sup>Trecho retirado da entrevista concedida à autora em 2016.

como a construção do complexo nuclear em Angra, sem que houvesse consulta ou participação da população.

Assim, as primeiras hipóteses aqui levantadas, de que haveria, de fato, um distanciamento da sociedade civil organizada sobre o tema da energia nuclear no Brasil da figura do Estado e das burocracias, ou tecnocracias público-privadas sobre o tema, se confirmaram, visto que se pode observar que o tema não foi levado à cabo contanto pelos principais fatos:

a) O modelo de desenvolvimento perpetrado pelo Estado, a partir do governo de Vargas, que almejava um desenvolvimento amplamente estimulado pelo Estado, por meio da burocracia muito bem consolidada e que apoiava as decisões de grupos de poder que pactuassem com as decisões tomadas na agenda política dos subsequentes governos não permitiria participação da sociedade civil organizada. O motivo seria que diferentes opiniões e reações àquelas medidas necessárias para levar a cabo o nacional desenvolvimentismo poderiam enfraquecer o modelo.

b) A tecnocracia que acabou imergindo no setor acabou encontrando na agenda política benefícios para seu crescimento e estabelecimento, principalmente no tocante à ciência e tecnologia. Este fato contribuiu, paralelamente, para a obtenção de maior espaço nas agendas de definição de políticas públicas, uma vez que criou *expertise* sobre o setor nuclear.

O ação da Associação Hibakusha Brasil pela Paz auxiliou na pesquisa ao demonstrar a dissociação entre o Estado e sociedade civil. Em conjunto com outras organizações, tal como a Coalizão Antinuclear, possui um papel de sensibilização muito importante. Entretanto, não tem espaço para discutir a política nuclear brasileira, pois não tem força nem conta com o interesse dos grupos dominantes.

Além disso, a capilaridade da associação é baixa, porque eles não conseguem atingir muitos setores, apesar dos esforços, já que sua participação acontece no final de um ciclo tecnocrático, advindo de uma ideia nacional-desenvolvimentista do país, interrompida pela onda neoliberal da década de 90, que elevou o tema a um grupo de interesses ainda mais

peculiares e totalmente desvinculados da ideia de uma sociedade civil organizada no setor nuclear, privilegiando setores econômicos específicos. Apesar disso, o grupo permanece ativo para se fazer ouvir nas políticas públicas e na abertura do debate para a sociedade.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drumond de (2007), “Se eu fosse deputado”. *Estudos Avançados*, vol. 21, No 59, pp. 259-260.

ARNT, Ricardo. (1985) *O que é a política Nuclear Brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense.

AVRITZER, L. (2012). “Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política.” *Opinião Pública*, vol. 18, No 2, 383-398.

BRASIL. Senado Federal. *Discursos*. Brasília: Senado Federal, 1983.

BERTOLA, Denise. (2014) *Adeus, Hiroshima: Sobreviventes da bomba recomeçam a vida no Brasil*. São Paulo, Edição do Autor.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2016), ‘Estado, estado-nação e formas de intermediação social’. Texto Para Discussão 409, Janeiro de 2016. Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15098/TD+409++Luiz+Carlos+BresserPereira.pdf;jsessionid=F0D4C6B1ED243E7EBA2130A8E56D88B5?sequence=1>. Acessado em 26/07/2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos(2004), ‘Proposta de Desenvolvimento para o Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 24, No 4, pp. 625-630.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos (2008), “Burocracia pública na construção do Brasil”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. ?, No 28, pp. 9-30.

CÂMARA LEGISLATIVA (2012), ‘Comissão aprova plebiscito sobre uso de energia nuclear’, (Brasília: Câmara Notícias), <[www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/meio-ambiente/417647-comissao-aprova-plebiscito-sobre-uso-de-energia-nuclear.html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/meio-ambiente/417647-comissao-aprova-plebiscito-sobre-uso-de-energia-nuclear.html). Acessado em 26/07/2017.

COM CIÊNCIA (2000), ‘A confusa política nuclear brasileira’, (Nuclear), <http://www.comciencia.br/reportagens/nuclear/nuclear09.htm>. Acessado em 27/07/2017.

PEREIRA, Leandro da Silva Batista (2013), ‘Vitória Na Derrota: Álvaro Alberto e as Origens Da Política Nuclear Brasileira’, Dissertação de Mestrado, CPDOC: Rio de Janeiro. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11292>. Acessado em 26/07/2017.

COSTA, Célia Maria Leite (n.d.), 'Acordo Nuclear Brasil-Alemanha 1975', (CPDOC: Acordo Nuclear), <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AcordoNuclear>. Acessado em 27/07/2017.

LIMA, Marcos Costa (2000), 'Getúlio Vargas e o Estado Nacional Desenvolvimentista', (Recife: Fundaj), [http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1982%3Agetulio-vargas-e-o-estado-nacional-desenvolvimentista-&catid=58&Itemid=414](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1982%3Agetulio-vargas-e-o-estado-nacional-desenvolvimentista-&catid=58&Itemid=414). Acessado em 27/07/2017.

GLOBAL FORUM (2016), 'Health Promotion: At the Very Heart of Sustainability', (Global Forum Pei), <http://globalforumpei-forummondialipe.com/en2016/about-the-conference/>. Acessado em 27/07/2017.

JESUS, Diego Santos Vieira de (2012). "Noites tropicais: o Brasil e a nova era da não proliferação e do desarmamento nucleares (2003-2010)". Revista de Sociologia Política, vol. 20, No 43, pp. 43-57.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (1948), 'BRASIL nº 144/592.6(00), de 26 de novembro de 1948, (Brasília: Ministérios das Relações Exteriores), [http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1948/b\\_20/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1948/b_20/). Acessado em 27/07/2017.

PLATAFORMA DEMOCRÁTICA (2004), 'Sociedade Civil e Participação Social no Brasil', (Brasília: Plataforma Democrática), [http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/10915\\_Cached.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/10915_Cached.pdf).

VIANA, Lucio Hanai Valeriano (2011), "Insulamento Burocrático e Hegemonia Burguesa na Formação do Estado Nacional Brasileiro". Revista Pensamento e Realidade, vol. 26, No 3, pp. 141-153.

XÔ NUCLEAR (2011), 'Histórico Do Movimento Anti Nuclear em São Paulo/Brasil', (Memória da nossa atuação), <http://www.brasilcontrausinanuclear.com.br/memoria-da-nossa-atuacao/>. Acessado em 26/07/2017.

#### Entrevista 1:

ENTREVISTADO 1. Francisco Whitaker, ativista social brasileiro, arquiteto, político "Prêmio Nobel Alternativo" da RightLivewoodAward, conferido pelo Parlamento Sueco, em 2006: entrevista presencial. [fevereiro de 2016]. Entrevistadora: Silva, Daniela. São Paulo, UAM, 2016.

#### Entrevista 2

ENTREVISTADO 2. André Lopes Loula, ativista social brasileiro, historiador e professor: entrevista online. [agosto de 2016]. Entrevistadora: Silva, Daniela. São Paulo, UAM, 2016.